

DECRETO Nº 3.093/2018

LINO MARTINS, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 27/2011, em especial os arts. 17 a 27, que tratam da aprovação e registro de loteamentos urbanos,

Considerando o Memorando nº 089/2018, emanado da Secretaria de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbanos, contendo a análise técnica do Loteamento Monte Santo, apresentado pela Empresa DELGADO, MOREIRA & SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., situado no Município de Bandeirantes, que passa a integrar este ato administrativo,

DECRETA

Art. 1º - Fica **aprovado** o projeto definitivo de loteamento apresentado pela empresa **DELGADO, MOREIRA & SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, anexado no Requerimento protocolado sob nº 3047, nesta Prefeitura Municipal, para a execução de loteamento residencial.

Art. 2º - A empresa responsável pela realização do empreendimento deverá realizar as seguintes obras:

- 1 - Instalação de rede de abastecimento de água potável;
- 2 - Instalação de rede coletora de esgotamento sanitário potável;
- 3 - Rede Energia Elétrica e Iluminação Pública;
- 4 - Pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto betuminoso usinado a quente);
- 5 - Meio fio com arjeta;
- 6 - Sinalização Horizontal e Vertical;
- 7 - Paisagismo;
- 8 - Rede de Galeria de Águas Pluviais.

Art. 3º - O prazo para execução do loteamento será de **12 (doze) meses** conforme o cronograma físico financeiro apresentado.

Art. 4º - As áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro serão:

Área Institucional 01 - $A = 10.846,33 \text{ m}^2$

Área Institucional 02 - $A = 1.110,90 \text{ m}^2$

Área de ruas e passeios - $A = 15.365,14 \text{ m}^2$

Área faixa de domínio não edificável - $A = 3.658,51 \text{ m}^2$

TOTAL - $A = 30.980,88 \text{ m}^2$

Art. 5º - Foram apresentados os seguintes lotes para caução:

LOTES CAUCIONADOS			
Nº LOTE	QUADRA Nº	AREA DO LOTE	VALOR VENAL LOTE
1	A	441,17 m2	R\$ 83.822,30
2	A	361,35 m2	R\$ 68.656,50
3	A	361,91 m2	R\$ 68.762,90
4	A	361,97 m2	R\$ 68.774,30
1	C	257,47 m2	R\$ 46.344,60
2	C	270,26 m2	R\$ 48.646,80
3	C	276,86 m2	R\$ 49.834,80
4	C	285,39 m2	R\$ 51.370,20
5	C	292,41 m2	R\$ 52.633,80
6	C	300,20 m2	R\$ 54.036,00
7	C	307,83 m2	R\$ 55.409,40
1	F	252,02 m2	R\$ 45.363,60
2	F	250,04 m2	R\$ 45.007,20
3	F	250,13 m2	R\$ 45.023,40
4	F	250,19 m2	R\$ 45.034,20
5	F	250,45 m2	R\$ 45.081,00
6	F	250,00 m2	R\$ 45.000,00
7	F	286,57 m2	R\$ 51.582,60
1	I	251,34 m2	R\$ 45.241,20
2	I	251,04 m2	R\$ 45.187,20
3	I	253,10 m2	R\$ 45.558,00
4	I	254,86 m2	R\$ 45.874,80
5	I	253,31 m2	R\$ 45.595,80
6	I	255,31 m2	R\$ 45.955,80
7	I	256,85 m2	R\$ 46.233,00

Parágrafo Único – Os 25 (vinte e cinco) lotes apresentados em caução totalizam 7.082,03 m², e perfazem a quantia de R\$-1.290.029,40 (hum milhão, duzentos e noventa mil, vinte e nove reais e quarenta centavos).

Art. 6º - Para que o loteamento seja aprovado, são estabelecidas as seguintes condições:

- I – Não poderá haver qualquer tipologia de construção individual no Loteamento em questão, até que haja a vistoria final do mesmo, inclusive com o Decreto da implantação do traçado de toda infraestrutura do empreendimento autorizado pelo Município;

- II – A empresa, responsável pelo Loteamento, submete-se ao prazo máximo indicado para o empreendimento, obrigando-se a todos os termos constantes do projeto, cronogramas e a manter, por todo o período, as condições das autorizações de órgãos especiais apresentadas ao Município.
- III - A empresa, responsável pelo Loteamento, deverá requer o Alvará de Loteamento;
- IV - A empresa, responsável pelo Loteamento, não poderá outorgar escritura de venda de lotes, antes de concluídas as obras previstas nos arts. 2º e 3º deste Decreto, e cumpridas as demais obrigações exigidas por Lei ou assumidas no Termo de Compromisso.

§ 1º - Descumpridas as condições o Município reserva-se, nos termos da legislação aplicável, a promover o embargo das obras ou a cassação do Alvará de Loteamento.

§ 2º - Novo Projeto que implique em alterações do objeto ou das condições ora apresentadas, deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbanos, para reanálise.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2018.

Lino Martins
Prefeito Municipal